HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.¹

Resenha

André Eduardo Ribeiro da Silva²

andreduardo@usp.br

“Espaços de Esperança”, de David Harvey - geógrafo britânico, atualmente professor emérito de Antropologia no centro de pós-graduação da City University of New York, Estados Unidos, traz como idéia principal a importância de pensarmos o período atual por meio da imaginação utópica, no sentido de trazer à luz a força política da mudança, de alternativas que contraponham à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização contemporânea.

Para isso, propõe o “utopismo dialético”, uma forma de utopismo espaço-temporal, em que o processo de produção destas duas dimensões - espaço e tempo - terão de ser incorporados ao pensamento utópico, para pensarmos o utopismo hoje. Seu propósito é, no entanto, instigar-nos a esta tarefa, convocando-nos a sermos “arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte”, convertendo a esfera do trabalho, em uma sementeira de capacidades e potencialidades humanas a fim de mudar o mundo e a nós mesmos. Pensa isto em contraponto ao *status* degradado e ignóbil de uma “abelha operária” sob o capitalismo, a redução do ser social à “marionetes dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos”, baseando-se nas reflexões de Unger.

O livro está dividido em quatro partes assim identificadas: Parte 1- “Desenvolvimentos Geográficos Desiguais”; Parte 2 - “Dos Corpos e das Pessoas Políticas no Espaço Global”; Parte 3- “O Momento Utópico”; e Parte 4- “Conversações sobre a Pluralidade de Alternativas”. Há ainda um apêndice intitulado “Edília, ou faça disso o que quiser”.

Os capítulos da Parte 1 estão voltados, sobretudo para a discussão das contribuições de Marx para uma leitura do real, recuperando a importância de clássicos da tradição marxiana, como o “Manifesto Comunista” e de seus elementos geográficos para uma

---

¹ Tradução a partir do título original “Spaces of Hope”, publicada em 2000, pela Edinburgh University Press, Edimburgo, Reino Unido.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Bolsista CNPq.

compreensão da dimensão espacial da geografia histórica de acumulação do capital, dimensão esta, segundo o autor promotora de desenvolvimentos geográficos desiguais. A interpretação que o autor faz da globalização contemporânea volta-se para o entendimento desta dinâmica como uma nova fase de um mesmo processo de produção capitalista do espaço. Rechaça a face superficial da moda intelectual contemporânea, apoiada no movimento pós-moderno e num processo de globalização que se pretende onipotente e homogeneizador. Daí a sua preocupação em considerar a produção do espaço, um “aspecto fundamental e intrínseco da dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes”, realçando a necessidade da importância da Geografia, ao apontar o conceito de materialismo - histórico - geográfico. Harvey se apóia no conceito “particularismo militante” de Williams, ao reconhecer a dimensão e o fundamento geográfico da luta de classes, condição essencial para admitir a existência de interesses coletivos, numa tentativa de se articular diferentes dimensões de luta em diferentes escalas, de acordo com um projeto universal de socialismo, que garanta democracia e diversidade, num contexto de um desenvolvimento humano. “Apartar-nos de Marx é cortar o nariz investigativo”, é permitir a incorporação do conceito de globalização de modo acrítico, é render-se ao utopismo degenerado do neoliberalismo e ao incrível poder do capitalismo de mobilizar corpos e múltiplos imaginários visando sua auto-reprodução. A tentativa de contribuir para um projeto político emancipatório, a partir de ideais utópicos é algo que está subjacente em toda a sua argumentação.

A análise que segue na Parte 2 refere-se à proposição do “corpo como medida de todas as coisas”, elemento fundamental naquilo que o autor chama de “corpo político”. Trata-se de uma relação entre o modo de produção do espaço-tempo com a produção do corpo, em que “diferentes processos (físicos e sociais) resultam tanto em termos materiais como representacionais na produção de diferentes tipos de corpos”. A recorrência a Léfèbvre e Foucault é vista como possibilidades de contestação a uma visão mecanicista e absolutista por meio da qual o corpo é contido e disciplinado, esboçando uma crítica à produção do espaço e do tempo cartesianos/newtonianos, inibidora das estratégias de emancipação humanas, que o autor nos sugere refletir. Apóia-se em Marx a partir de seu rico aparato conceitual para a compreensão de processos de produção e ação corporal no âmbito do capitalismo, como pode ser verificado por meio da categoria “trabalho vivo”,

indicativa de qualidades fundamentais de dinamismo e criatividade do trabalho, mas, também, da origem da vida e do poder subversivo para mudança.

A janela para a análise do esforço de reimaginar e reconstruir a estrutura social é colocada por Harvey na terceira parte do livro. Segundo o autor, ela é nutrida por meio de ideais utópicos, desde que apoiados no real, capazes de apontar trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos, em contraponto às imagens recorrentes do presente que, recorrendo-se a Levitas, não identificam agentes nem processo de mudança: a utopia fica restrita aos domínios da fantasia. Harvey esboça o caminho percorrido pelos movimentos utópicos - o utopismo da forma espacial e o utopismo do processo social - assim como seus limites e desafios para a construção de um utopismo espaço-temporal que permita pensar o utopismo hoje e a nossa condição enquanto “arquitetos rebeldes”, possíveis promotores de uma política regeneradora, conscientes de suas capacidades, possibilidades e responsabilidades perante a natureza e a natureza humana. Essa proposta se apóia em reflexões da teoria marxiana sobre o desenvolvimento do Estado burguês - o Estado como comitê executivo da burguesia - em consonância com processos atuais e específicos de competição capitalista, geradores de utopias degeneradas, referindo-se à interpretação de Marin; e a materialização de uma utopia burguesa, apoiado em Fishman, ancorada em uma configuração ideológica avassaladora de forças que não concedem oposição. Aqui, o conceito de heterotopia, desenvolvido por Hetherngton permite, segundo Harvey, avançar na compreensão da heterogeneidade espacial ao possibilitar o estudo da história dos espaços nos quais a vida é vivenciada de modo distinto, espaços fomentadores de alternativas, embora, segundo o autor, não ofereça pistas sobre um utopismo espaço-temporal. Baseando-se no conceito de “direitos de imunidade” de Unger, segundo o qual podemos ser tanto criadores como violadores de regras com razoável impunidade, sugere pensar o processo da emancipação social, mesmo com a ressalva da despreocupação com a temática espacial nas reflexões desse autor.

Reafirmando esta posição, o autor parte em seguida para a última parte do livro. A idéia desses últimos capítulos é, sobretudo, a da construção de possibilidades políticas numa variedade de escalas espaço-temporais, produto da ação do que designa ser um “arquiteto rebelde”. A intenção do autor é nos provocar a pensar alternativas, a pensarmos e agirmos de outra maneira, a partir da construção de uma política de coletividades, momento crucial da tradução do pessoal e do político num terreno mais amplo de ação humana, numa

perspectiva longa e permanente de revolução. O que ele nos sugere é mudar de nível, transcender as particularidades e chegar a alguma concepção de alternativa universal sobre compromissos pessoais e projetos políticos, baseado no conceito de “interesse da espécie”. Trata-se de um esforço espinhoso, pois envolve uma tradução do concreto ao abstrato, a busca de um ponto de encontro ou terreno comum, nos colocando diante de questões como pensar o direito universal à auto expansão, à expansão da vida baseando-se nas colocações de Naess, Rothenberg, e mais que isso concebendo o desenvolvimento geográfico desigual como um direito e não como uma necessidade capitalisticamente imposta. Como aponta, este livro de Harvey, traz nesse sentido, contribuições para pensar e ler na produção do espaço humano a produção de uma “geografia da esperança”.